

ECONOMIA/ GDF envia nova versão do projeto para capitalizar o banco, em que cita o valor como limite para operações com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e outras instituições. Para isso, ofereceu nove imóveis públicos, como o Centrad

R\$ 6,6 bilhões para fortalecer o BRB

» MILA FERREIRA

O presidente do Banco de Brasília, Nelson de Souza, irá à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), na próxima segunda-feira, para se reunir com os distritais e discutir o Projeto de Lei nº 2175/2026, do Executivo, que coloca imóveis públicos do DF à disposição como garantia em empréstimos do banco com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A primeira proposta havia sido enviada à Casa na última sexta-feira e causou polêmica por colocar à disposição áreas, como o Centro Administrativo do Distrito Federal (Centrad). Além disso, o novo texto limita as operações de crédito com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) ou outras instituições financeiras a R\$ 6,6 bilhões, o que sinaliza um possível tamanho do rombo financeiro causado. Em nota, o BRB explica que o valor representa apenas autorização de empréstimo, e não obrigatoriedade de contratação.

Ao **Correio**, o presidente da CLDF, deputado Wellington Luiz (MDB), disse que não teve tempo de analisar a nova versão do projeto. “O projeto chegou durante a reunião, isso não foi bom. Acabou atrapalhando a discussão, porque a proposta foi alterada. Ainda vou analisar com calma, mas, até o momento, não vi nada que acalme os ânimos da oposição”, alegou. “Politicamente, ainda é cedo para falar se a nova proposta vai agradar ou não. Deputados da própria base se manifestaram contra”, contou.

Os distritais se reuniram, ontem, para tratar do projeto e, após protestos, o Governo do Distrito Federal (GDF) enviou, a toque de caixa, uma nova versão da proposta. Na versão atualizada, foram retirados da lista, entre outros terrenos, o Parque do Guará. Além disso, foram acrescentados novos terrenos que não constavam no projeto inicial (veja quadro).

Líder do governo na CLDF, o deputado Hermeto (MDB) afirmou que os parlamentares vão discutir o projeto ‘exaustivamente’ antes de colocar para votação. “Vamos ter tempo suficiente para discutir, ninguém vai fazer nada abruptamente”, disse. “O presidente do BRB vai nos dizer o que realmente está acontecendo, quais as condições do banco. Precisamos salvar o banco, garantir os empregos e não deixar federalizar o banco, que é um patrimônio do povo do DF”, completou.

Hermeto defendeu punição aos culpados por terem levado o BRB à crise atual. “Quem errou, quem levou o banco a esse estado que pague. A Polícia Federal está investigando, e todos que contribuíram para o banco chegar a esse resultado que respondam na Justiça”, acrescentou.

Apesar das alterações em relação ao projeto inicial, parlamentares da oposição ainda enxergam a proposta como problemática. “A alienação ou até mesmo a venda destes terrenos para capitalização do BRB não ajuda uma solução definitiva ao banco”, destacou o deputado Fábio Félix (PSol). “Faltam no anexo do projeto os valores de cada um dos terrenos. Há, também, outras irregularidades no texto. Nossa intenção é buscar soluções reais ao BRB para salvar o banco, mas essa versão do projeto me parece mais um desespero a serviço de um calendário eleitoral”, criticou.

Na visão do deputado Gabriel Magno (PT), a nova versão do projeto é pior do que a primeira. “O projeto limita o que pode ser pego de empréstimo a R\$ 6,6 bilhões, mas não diz nos documentos e anexos

Mila Ferreira/CB/DA Press



Parlamentares vão se reunir com presidente do BRB para discutir o projeto que lista imóveis a serem dados como garantia ao banco

Minervino Júnior/CB



Manifestação realizada por sindicato na frente da Câmara Legislativa defendeu os imóveis públicos do DF

O que mudou no projeto?

Imóveis que permanecem na lista

1. SIA — Trecho Serviço Público — Lote G (propriedade do DF)
2. SIA — Trecho Serviço Público — Lote I (propriedade do DF).
3. SIA/SUL — Área de Serviços Públicos — Lote B (Sede da NOVACAP). No novo PL aparece como “SIA Trecho Serviço Público — Lote B” (Novacap) no item 6.
4. Taguatinga — Qd 3, Conj A, Lote 1 (Centrad) — (foto). Mantido como item 7.
5. SAI/N (antigo lote da PM) — equivalente ao SAIN — área destinada à PMDF da lista anterior, agora item 8.

Imóveis incluídos na lista

1. SIA — Trecho Serviço Público — Lote F (Caesb) — item 1 do Anexo Único.
2. SIA — Trecho Serviço Público — Lote H (DF) — item 4.
3. SIA — Trecho Serviço Público — Lote C (CEB) — item 5.
4. Gleba “A” — (com 716 hectares) (Terracap) — item 9.

Imóveis que saíram da lista

1. Parque do Guará — Área 29 e Área 30.
2. SIA — Quadra 04 — Lotes 1.710, 1.720, 1.730, 1.740, 1.750 e 1.760.
3. SIA — Quadra 04 — Lotes 1.690 e 1.700.
4. SMAS — Trecho 3 — Lote 8.
5. SAIN — DEST CEB (Área Institucional Noroeste).
6. SHIS QL 9 — Lote B (Lago Sul).
7. Áreas Isoladas Santa Bárbara (Lote 2) e Papuda (Lotes 1 e 2) — Tororó.

Breno Fortes/CB/D.A Press



Complexo tem área de cerca de 25 campos de futebol

qual é o real tamanho do rombo e o valor dos terrenos. O governo precisa apresentar uma explicação, precisa dar números”, ressaltou. “Há um consenso entre os deputados de que todos querem salvar o BRB, agora, para isso, a gente precisa ser honesto, ter transparência”, ressaltou.

Além dos parlamentares da oposição, que foram unânimes nas críticas ao projeto, deputados da base do governo reclamaram do teor da proposta e da maneira como o GDF está conduzindo o processo para salvar o BRB. “O meu voto é não para essa proposição. Outro cheque em branco? Não. A nossa postura de boa-fé, acreditando no que tinha sido apresentado, acarretou uma quebra de confiança. Da primeira vez, também de boa-fé, nós acreditamos e votamos no projeto enviado a esta casa. Adianto que o meu voto é não para esse projeto”, afirmou, na tribuna, o deputado Thiago Manzoni (PL).

O que diz o BRB

Em nota, o Banco de Brasília declarou que o projeto reforça o compromisso da instituição, firmado em 6 de fevereiro, quando apresentou plano de capital de caráter preventivo ao Banco Central com diferentes alternativas para eventual recomposição patrimonial. O banco informou que os imóveis listados no projeto passarão por avaliação técnica independente, razão pela qual ainda não há definição exata sobre valores.

Adicionalmente, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária do banco para 18 de março, tendo como pauta o aumento de capital social, condicionado à aprovação do projeto e seus desdobramentos com a efetiva integralização. “Todas as medidas estão sendo guiadas por critérios técnicos, financeiros e regulatórios com objetivo de assegurar o fortalecimento do BRB”, destacou o banco.

Tensão no Plenário

Durante a sessão ordinária, o presidente Wellington Luiz informou que arquivou três pedidos de impeachment do governador Ibaneis Rocha (MDB). Manifestantes que ocupavam a galeria do plenário começaram a gritar “Agora passa o pix”, alegando que o presidente teria sido recompensado financeiramente em troca do arquivamento dos pedidos. Em resposta, Wellington afirmou “Só se for para pagar a tua mãe”.

Por ordem do presidente, duas pessoas foram retiradas do plenário por seguranças da Casa. “Me exaltei, mas as insinuações são desrespeitosas e levianas. Não admito esse tipo de ataque”, disse Wellington Luiz ao **Correio**.

Protestos

Durante as discussões, representantes do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos da Administração Direta e Indireta e Empresas Públicas do Distrito Federal (Sindser) realizaram, na parte externa do plenário, uma manifestação contra a utilização dos terrenos públicos para garantir a capitalização do BRB. “O GDF teria outras alternativas, como por exemplo a Arena BRB ou o ginásio Nilson Nelson. Os bens da Terracap e da Novacap são patrimônio de Brasília”, enfatizou o presidente do sindicato, André Luiz da Conceição. “Falo pela maioria dos servidores, somos favoráveis à não-obrigatoriedade de termos conta no BRB. Infelizmente, há um decreto obrigando”, concluiu.